

## **ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS**

**Data:** 30 de julho de 2009

**Local:** IBP - Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto M. Aragão (MTE/SRTE/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Marcelo Felga (ANVISA); Karla Freire (ANVISA); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Getúlio Leite (IBP); Armando Vidigal (SYNDARMA); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Vitor Carvalho (SINDPETRO/NF); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Odilon Braga (CONTTMAF); Alexandre Julianelli (ANP); Adilson de Oliveira Siqueira (Assessor Técnico – Trabalhadores); Danielle da Motta Azevedo (Assessora Técnica – Trabalhadores); Diego Folly (Assessor Técnico do Governo)

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi lida e aprovada a ata da 34ª RO.
3. A bancada de empregadores solicitou a inclusão de mais um item na proposta aprovada para inspeção prévia.
4. Após discussões foi aprovada a inclusão do subitem 3.3 no texto sob inspeção prévia conforme abaixo:

**“3.3 No caso de não ser possível atender aos prazos acima, o operador de instalação poderá apresentar justificativa ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual analisará a possibilidade de aceitar a documentação com menos prazo, condicionando-se, neste caso, o início das operações a realização da inspeção prévia da instalação.”**

5. A bancada de governo através de seu representante também solicitou a palavra destacando a necessidade de algumas adequações no texto aprovado sobre CIPA, tendo em vista alguns problemas práticos surgidos durante o processo eleitoral de eleição da atual CIPA em curso.
6. A bancada irá apresentar proposta de emenda no texto aprovado
7. Logo após foi recolocada em discussão a proposta sobre Prevenção de Acidentes Maiores.
8. A reunião prosseguiu com debates e discussões sobre o texto, tendo sido aprovado os itens (assinalados “ aprovado” ou “em discussão”) constantes do ANEXO 1 desta ata, ficando os demais itens para continuidade das discussões na próxima reunião.
9. A ANVISA destacou a necessidade de discussão do tema relativo a ocorrência de emergências sanitárias a bordo, sendo que o Sr. Coordenador verificou que assunto desta natureza ficara pendente quando da aprovação do tema sobre Serviço de Saúde a Bordo (vide ata da 27ª RO)

10. Nada mais havendo a tratar, a 36ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 10 de setembro de 2009 das 10h e 30 min. às 17h e 30 min, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para a continuidade das discussões.

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão de Plataformas**

## **ANEXO 1: Proposta para discussão de Prevenção de Acidentes Industriais Maiores em Plataformas:**

### **Projeto**

20.4.1 O projeto das plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio deve contemplar os aspectos de segurança e saúde e meio ambiente previstos nas normas regulamentadoras, normas técnicas, convenções internacionais ratificadas, convenções e acordos coletivos, bem como regulamentações federais, estaduais e municipais. (em discussão)

### **Análise de Riscos**

20.10.1 O empregador deve elaborar e documentar as análises de riscos das operações ou das atividades nas plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio. (aprovado)

20.10.2 As análises de riscos da instalação devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, e das características e da complexidade da instalação. (aprovado)

20.10.4 As análises de riscos devem ser elaboradas por equipe multidisciplinar com a participação de, no mínimo, um trabalhador com conhecimento dos riscos e com experiência na instalação que é objeto da análise. (aprovado)

20.10.5 O operador da instalação é responsável pela avaliação das recomendações resultantes das análises de risco, definindo prazos e responsáveis para aquelas que forem ser implementadas. (aprovado)

### **Construção e Montagem**

20.5.1 A construção e montagem das plataformas e instalações de apoio devem observar as especificações previstas no projeto, bem como, as normas regulamentadoras e as normas técnicas. (aprovado)

20.5.2 As inspeções e os testes realizados, na fase de construção e montagem, devem ser devidamente documentados de acordo com o previsto nas normas regulamentadoras, nas normas técnicas e nos manuais de fabricação dos equipamentos e máquinas. (aprovado)

20.5.3 Os equipamentos e as instalações das plataformas e instalações de apoio devem ser adequadamente identificados e sinalizados, de acordo com o previsto pelas normas regulamentadoras e pelas normas técnicas, a fim de evitar acidentes de trabalho. (aprovado)

### **Segurança Operacional**

O operador da instalação deve elaborar e implementar os programas de segurança operacional e do trabalho, em conformidade com as especificações do projeto das instalações e com as recomendações das análises de riscos das atividades e operações. (aprovado)

20.6.4 Os procedimentos de segurança no trabalho, existentes nos programas acima referidos, devem ser revisados e atualizados, no mínimo bianualmente, ou em uma das seguintes situações: (aprovado)

- a) recomendações das análises de risco;
- b) modificações, ampliações e reformas da instalação;
- c) acidentes e incidentes ocorridos na instalação;
- d) acidentes e incidentes ocorridos, mesmo que fora das instalações, que possam ter afetado as condições normais de operação;
- e) recomendações do SESMT e da CIPA;
- f) notificação das autoridades competentes.

### **Inspeção e Manutenção**

20.7.1 As instalações e equipamentos das plataformas e instalações de apoio devem possuir plano de inspeção e manutenção devidamente documentado. (aprovado)

20.7.2 O plano de inspeção e manutenção deve contemplar, no mínimo: (aprovado)

- a) equipamentos, máquinas e instalações sujeitas a inspeção e manutenção;
- b) tipos de intervenções;
- c) procedimentos de inspeção e manutenção;
- d) cronograma;
- e) identificação dos responsáveis;
- f) quantidade, especialidade e capacitação dos trabalhadores;
- g) procedimentos de segurança;
- h) sistemas e equipamentos de proteção coletiva e individual.

20.7.4 A fixação da periodicidade das inspeções e das intervenções de manutenção deve considerar: (aprovado)

- a) o previsto nas normas regulamentadoras e normas técnicas;
- b) as recomendações do fabricante, em especial dos itens críticos à segurança do trabalhador;
- c) as recomendações dos relatórios de inspeções, de investigação de acidentes e incidentes do trabalho, elaborados pela SESMT, SPIE ou CIPA.
- d) as recomendações das análises de risco;
- e) a existência de condições ambientais agressivas;
- f) as boas práticas de engenharia;
- g) as notificações das autoridades competentes.

20.7.7 As recomendações decorrentes das inspeções e manutenções devem ser devidamente registradas e implementadas com a determinação de prazos e de responsáveis pela execução. (aprovado)

20.7.8 Para a realização das inspeções e manutenções devem ser elaboradas análises de riscos e emitidas permissões de trabalho contendo procedimentos específicos de segurança e saúde nos trabalhos: (aprovado)

- a) que possam gerar chamas, calor, centelhas ou ainda que envolvam o seu uso;
- b) em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora 33;
- c) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem;
- d) em locais elevados com risco de queda;
- e) com equipamentos elétricos, conforme Norma Regulamentadora 10;
- f) submersos;
- h) outros cuja análise de riscos assim recomendar.

### **Inspeção de Segurança e Saúde no Trabalho**

20.8.1 As plataformas e instalações de apoio devem ser regularmente inspecionadas com enfoque na segurança e saúde no trabalho. (aprovado)

20.8.2 O cronograma anual de inspeções de segurança e saúde no trabalho deve ser elaborado e implementado pelo SESMT, consultada a CIPA, de acordo com os riscos das atividades/operações desenvolvidas. (aprovado)

As inspeções devem ser devidamente documentadas e as respectivas recomendações implementadas com o estabelecimento de prazos e de responsáveis pela sua execução. (aprovado)

### **Prevenção e controle de emissões fugitivas, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões.**

20.12. O operador de instalação deve elaborar e implementar ações no sentido de prevenir e controlar, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões. (aprovado)

20.12.2 Estas ações devem compreender tanto aquelas necessárias para minimizar os riscos de ocorrência de, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões quanto para reduzir suas consequências em caso de falha nos sistemas de prevenção e controle. (aprovado)

### **Controle das fontes de ignição**

20.13.1 Todas as instalações elétricas e equipamentos elétricos fixos ou móveis, equipamentos de comunicação, ferramentas e similares utilizadas em áreas classificadas, e os dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas, devem estar em conformidade com a Norma Regulamentadora 10. (aprovado)

20.13.2 O operador da instalação é responsável pela implementação de medidas específicas para controle da geração e acumulação de eletricidade estática em áreas sujeitas à existência e/ou à formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis. (aprovado)

20.13.3. Os trabalhos envolvendo o uso de equipamentos que possam gerar chamas, calor ou centelhas, nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis, devem ser precedidos de permissão de trabalho. (aprovado)

20.13.4 As plataformas e instalações de apoio devem possuir sinalização de segurança indicando a proibição do uso de fontes de ignição nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis. (aprovado)

## Plano de Emergência

20.14.1 O operador da instalação deve elaborar e implementar um plano de resposta a emergências que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis, incêndios ou explosões e situações de emergência em saúde pública. (em discussão)

20.14.2 O plano de emergência deve ser elaborado considerando as características, bem como a complexidade da instalação e conter, no mínimo: (em discussão)

- a) nome e função do (s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração, gerenciamento, coordenação, implementação e revisão do plano;
- b) designação dos membros da equipe de emergência, responsáveis pela execução de cada ação e seus respectivos substitutos;
- c) estabelecimento dos possíveis cenários de emergências;
- d) descrição dos equipamentos necessários para resposta a cada cenário contemplado;
- e) descrição dos meios de comunicação;
- f) detalhamento dos procedimentos de emergência para cada cenário contemplado;
- g) detalhamento dos procedimentos para comunicação e acionamento das autoridades públicas e desencadeamento da ajuda mútua, caso exista;
- h) programa de capacitação dos trabalhadores para atuação em caso de emergências, incluindo ações de abandono de área, combate a incêndio, contenção de vazamentos, resgate e primeiros socorros;
- i) procedimentos para orientação de visitantes, quanto aos riscos existentes e como proceder em situações de emergência;
- j) cronograma, metodologia e registros de realização de exercícios simulados.

20.14.3 O plano de emergência deve ser avaliado após a realização de exercícios simulados e/ou na ocorrência de situações reais, com o objetivo de testar a sua eficácia, detectar possíveis falhas e proceder aos ajustes necessários. (em discussão)

20.14.4 Os exercícios simulados devem ser realizados durante o horário de trabalho, com periodicidade, no mínimo, anual, podendo ser reduzida em função das falhas detectadas ou se assim recomendar a análise de risco. (em discussão)

## Comunicação de Ocorrências

20.15.1 O empregador deve comunicar ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis que tenha provocado a interrupção parcial ou total das atividades da instalação. (em discussão)

20.15.1.1 A comunicação deve ser encaminhada até o primeiro dia útil após a ocorrência e deve conter: (em discussão)

- a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;

- b) Descrição da ocorrência, com relação de inflamáveis e outros produtos químicos envolvidos;
- c) Nome e função das vítimas;
- d) Prováveis causas;
- e) Consequências;
- f) Medidas emergenciais adotadas.

20.15.2 No prazo de até 30 dias da ocorrência a empresa deve encaminhar relatório de investigação e análise ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, com a descrição das causas básicas e medidas preventivas adotadas. (em discussão)

O Relatório de Segurança da plataforma de petróleo e gás e instalações de apoio é composto dos seguintes documentos: (em discussão)

- a) Projeto,
- b) Análise de riscos,
- c) Plano de manutenção e inspeção,
- d) Procedimentos de segurança e saúde no trabalho,
- e) Plano de prevenção e controle de emissões fugitivas, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões
- f) Plano de emergência

O Relatório de Segurança da plataforma e instalações de apoio, devendo estar disponível aos trabalhadores e seus representantes, e as autoridades competentes. (em discussão)